

Filho e pai

TEZZA, Cristóvão. *O filho eterno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 224 p. ISBN 978-85-01-07788-2.

Milton Hermes Rodrigues

Departamento de Letras, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: mhrodrigues@uem.br

Quando o romance saiu, houve quem aconselhasse sua leitura a todos. Um crítico o colocou entre os cinco melhores livros de ficção de 2007, outro tomou-o como uma “façanha”, o lançamento que resolvia a questão do melhor romance brasileiro do ano. Há razões para que o leitor comum compartilhe essas opiniões.

O livro de Tezza é um bom romance, uma narrativa que expõe a tensa relação entre pai (não nominado) e filho (Felipe), os dois especiais, o primeiro porque teimoso na vocação para escritor, essa estranha entidade; o segundo, especial porque nascido com síndrome de Down. As outras personagens, um guru de comunidade alternativa, por exemplo, a própria mãe de Felipe (também não nominada), são circunstanciais; entram como pano de fundo para o desenho, em traços fortes, do pai e do filho, que carregam para si, sistematicamente, os fatos diegéticos. Duas linhas temáticas básicas e gerais conduzem a narrativa, a que expõe a convivência pai/filho e a que apresenta a formação do escritor. Não se vasculha uma sem enfiar-se na outra, e a abordagem em separado, aqui, é pura convenção expositiva. Como disse o autor em entrevista, para conhecer o homem que se tornava pai, e pai especial, em conflito, foi preciso resgatar as vivências, então, desse homem que na juventude recusava o “sistema” e amava a literatura. A história desse pai especial se confunde, assim, com a história de um escritor, ou melhor, da formação de um escritor.

A primeira linha temática, a que trata da relação pai/filho, vai de uma manhã, a “mais brutal” da vida do pai, em novembro de 1980, quando nasce Felipe, a um dia qualquer de 2006, quando o pai conversa com o filho sobre futebol. Vai de uma recusa – a de olhar para o recém-nascido, depois da informação médica sobre a síndrome – à contemplação do filho adulto, em 2006, acomodado num sofá para assistir pela televisão a uma partida de futebol. Entre um momento e outro, os encargos e fardos do pai, na lida difícil para administrar uma afeição que se faz frequentemente arredia. Em certa ocasião admite,

eufórico e aliviado, a possibilidade de ver o filho morrer cedo. Considera, em outro instante, que as crianças com a síndrome são “feias [...], pequenos ogros de boca aberta” (p. 34-35). O filho é uma “criança horrível” (p. 35), um “monstro” destinado a atrapalhar sua vida. Um erro de genética, se corrigível, poderia modificar essa situação. O pai consulta então um especialista, para uma classificação do “tipo de trissomia”, sem resultado aliviador. Resta, com a mulher, cuidar do filho, que recusa o peito da mãe e submete o pai à rotina de sugar o leite com uma bombinha. Levam Felipe a um cardiologista, vão a São Paulo consultar especialista na síndrome (que confirma o problema), e ao Rio de Janeiro para submeter a criança a um programa de estímulo intelectual. O pai, seguindo orientações de Piaget, treina em casa os reflexos da criança, atendo ao desenvolvimento intelectual. Cansa, desanima, desiste de Piaget. Esforça-se para amar o filho, que demora para andar e mais ainda para falar. Além das preocupações com a criança, que desaparece duas vezes, atormentam-no ainda as aspirações literárias, as exigências do “sistema”, tanto maiores quando nasce uma menina. Faz algum dinheiro revisando textos, cursa Letras, enfrenta o mestrado, vira professor universitário, dialoga com Bakhtin no doutorado. Em certa ocasião enfrenta, com a mulher, um financiamento da casa própria, cuja mensalidade cresce além da possibilidade de pagamento, levando-o a uma negociação em que simplesmente devolve o imóvel. Noutro momento, quando Felipe se aproxima dos oito anos, experimenta o dissabor de ouvir da diretora de uma creche que o menino tem de deixar a instituição (“Você gostaria de chamá-la de filha-da-puta”, p. 157).

O “filho eterno” se converte, no texto, em “criança eterna” (p. 211), aquela que, em termos de desenvolvimento intelectual e emocional, parou na infância. O incômodo do pai, por isso, define uma das principais linhas tensivas do romance, não raro alimentada de pessimismo ácido. Mas o filho é

eterno também por essa irrecusável e perene condição da paternidade, uma realidade biológica definida no romance como fatalidade pelo caráter conflituoso da relação, uma relação que atrapalha por algum tempo, ou ameaça atrapalhar, o exercício literário. É preciso amar esse filho e ao mesmo tempo escondê-lo, de vergonha; é preciso recusar o “sistema” e ao mesmo tempo sujeitar-se a uma rotina de trabalho regular numa instituição pública. Esse conflito pode ainda ser observado, dentre outras manifestações, na resistência (com a cumplicidade do narrador) ao uso do nome do filho, principalmente na primeira metade do romance, e, pelo contraponto, na profusão de informações literárias, pois é preciso contar também a história do pai que se torna escritor.

O relato da vida desse pai – a segunda grande linha temática – carrega pouco da infância e da puberdade. De modo bastante breve ficamos sabendo, por exemplo, que em certa ocasião o guri desobedece a uma ordem paterna e apanha. Mesmo a notícia da morte do genitor, quando o menino tinha sete anos, é breve, embora o personagem reconheça, noutro momento, que isso o afetara muito. A família é boa (por ela largará os “alucinógenos”), o menino frequenta escola. Aqui aprende alguma coisa da genética de Mendel e agride um menino que o humilhara; tempos depois, no colégio, se põe a rabiscar um discurso de formatura. Aos quinze anos se apaixona, toma caipirinha e experimenta maconha pela primeira vez. Também pratica vandalismo e furtos pelas ruas de Curitiba. Já participa então de uma comunidade alternativa, onde faz teatro e ouve as preleções de um guru. Certa vez desce de Pernambuco para o Sul de carona, com um amigo. Noutro momento é preso em São Paulo com a troupe, por razões banais. É variado e colorido, às vezes pessimista, o retrato dessa juventude rebelde, num contexto que se quer geracional, com reivindicações de irreligiosidade, de liberdade, de tudo que se configurava como recusa do “sistema”. Não falta, na “formação” do escritor, um toque de aventureiro político, com a contribuição de um cunhado, ligado ao MR8: a temporada européia do rapaz, entre 1975 e 1976, foi em parte financiada por uma “holding revolucionária” que resgatara de um “político paulista, cleptocrata à antiga”, o dinheiro surrupiado dos cofres públicos.

Bem antes dessa excursão européia, o jovem já lia um tanto, queria ser poeta. As aventuras marítimas de Conrad o estimulam a ingressar na Escola de Formação de Marinheiro, no Rio, de onde logo sai, falsificando a assinatura da mãe num documento. Quando anda pela Europa, já é leitor contumaz, e

seu interesse pela literatura, como criador, é seguro. Em Portugal, testemunha a Revolução dos Cravos e assiste, em Coimbra, a algumas “aulas caóticas”, na Alemanha, “ilegal, incerto, provisório”, trabalha num hospital de Frankfurt fazendo faxina e lavando pratos. Passa alguns dias em Paris, guiado romanticamente pelos passos de Hemingway. Quando volta ao Brasil, em 1976, faz um balanço: tem segundo grau completo e é “leitor de Platão, Hermann Hesse, Drummond, Faulkner, *O Pasquim*, Huxley, Dostoiévsky, Reich e Graciliano, com um livro de contos inéditos na gaveta”. Vira relojoeiro em Antonina. Com o tempo, na casa dos trinta anos, já pai, sente que “é preciso ganhar dinheiro” e avança um pouco mais no que chama de “rito de passagem”, uma adesão mais direta ao “sistema”. Torna-se professor em Florianópolis, afastando-se um pouco da família, que permanece em Curitiba. Aos 34 anos tem finalmente “carteira de trabalho assinada”. Essa reorientação na vida, contrariando o projeto libertário da juventude e dificultando em parte a prática literária, teria sido a responsável por certos “momentos-limites”: num instante salva-se por pouco de um acidente de carro (puxara mal o freio de mão do seu fusca e se complica ao tentar detê-lo); noutro, transtornado, no trânsito, destrata um motorista que buzina atrás, desejando “matá-lo”. As “condições turbulentas” de então seriam também responsáveis por outro episódio forte: Felipe, agarrado ao volante do fusca, põe-se a buzinar teimosamente, alheio às reprimendas do pai, que perde a paciência e o agride.

Essa turbulência acaba, ou diminui, quando ele volta a Curitiba, depois da experiência em Florianópolis. Firma-se no ensino universitário, sentindo-se “um homem perfeitamente integrado ao sistema” (p. 149). Não se aborrece com a rotina de levar o filho à creche, e de ir buscá-lo; alegra-se vendo-o participando de um campeonato de natação. Quando o menino desaparece pela primeira vez, sente que a ausência “parece matá-lo”. A afeição paterna amadurece no cuidado do filho, ao ponto de permitir, depois, esta confissão:

Nos últimos vinte anos o pai foi acompanhando sempre que pôde o avanço da tecnologia para estimular o filho, começando pela televisão, desde criança. E, sub-repticiamente, a tentativa de acompanhar o menino exerceu também uma influencia inversa, a do filho sobre ele, também um pai com permanente dificuldade para a vida adulta madura... (p. 192).

Em alguns momentos temos a impressão de que a figura do pai ascende à condição de personagem principal do romance. O que é a história de um filho

passa ser a história de um homem que sonha e consegue ser escritor. Neste sentido, o romance carrega um tanto de metalinguagem, de literatura. Essa presença literária se mostra de vários modos, alguns ostensivos. Um deles é a construção da personalidade artística: o escritor é um ser diferente, estranho, com dificuldade interativa, frequentemente um gênio incompreendido. O romance de Tezza não brinca com esse paradigma assaz batido, mas verdadeiro, válido em qualquer tempo. É tensa, enfim, a expressão da experiência literária. Muito dos conflitos do personagem resulta dessa sua condição especial. O rapaz vocacionado, perdido numa egolatria juvenil tão romântica quanto verdadeira, se compraz desprezando o “sistema”, com tudo que ele pressupõe de compromissos regulares. Depois, passado o idealismo juvenil, sobra a realidade adversa, de difícil assimilação. Para ele, não seria mais tão fácil fugir às injunções do casamento, da vida familiar, instituições consideradas claustrofóbicas, friamente desprezadas em certos momentos. Uma prova forte dessa incompatibilidade para a vida prática encontramos no freqüente apego do pai escritor ao devaneio, ao idealismo, o que o leva a interpretar aleatoriamente alguns acontecimentos, como, por exemplo, imaginar cenas de cemitério durante o desejado enterro do filho. Esse complicado enfrentamento do mundo, esse desajuste, forjam uma diferença que, para muitos, mais valoriza do que desmerece a importância do criador, porque supõe resistência à visão comum. No romance, a certeza da vocação, o sentimento da diferença e a intuição da genialidade, somados a uma realidade resistente à prática literária, impregnam o personagem de uma espécie de *hybris* trágica, aquela demanda psicológica detectada pelos gregos clássicos que conduz seu portador às alturas, para que se configure de modo mais veemente a sua queda. A *hybris* se define, em termos simples, pela arrogância, verificável no romance por essa certeza de superioridade que alimenta, não sem conflito, o pensamento e a ação do homem letrado e literato. O nascimento do filho com a síndrome provoca, assim, uma espécie de queda, forçando o candidato a escritor, e depois escritor, a recuar um tanto, a sentir-se mais humano, sem curar-se de todo, parece, das dificuldades de interação.

A presença do fato literário no romance ainda se mostra, e fartamente, no repertório de leituras feitas pelo personagem, delimitando influências e predileções, como por Nietzsche e Faulkner. Muitas vezes o encontramos praticando literatura, seja analisando um poema seu, para recusá-lo, seja definindo, noutro instante, sua orientação

exclusivamente para a prosa. A prática literária, neste particular, vai do exercício criativo em si, com o adiantamento de temas e situações ficcionais, à publicação de obras, passando pela leitura de trechos para amigos e pelo drama da recusa pelas editoras, um enfrentamento sempre perturbador. A esses informes literários, de expressão direta e ostensiva, vem juntar-se um outro fenômeno, menos visível, ou de apreensão mais sutil, talvez, mas de força equivalente às outras informações na definição da importância da literatura e do personagem escritor como um dos temas dominantes no romance. Entre o leitor e os acontecimentos narrados interpõe-se uma espécie de filtro, e filtro ficcional, de modo que, por força do discurso, a explicação e a compreensão dos fatos se processam frequentemente pelo comparativo literário, às vezes cinematográfico, tudo conforme a personalidade literária descrita.

Foi dito que a crítica recebeu bem *O filho eterno* e que o livro há de agradar também o leitor comum. De fato, é de leitura agradável. A forma – estrutura e linguagem – não perturba a fruição do assunto, o que, para muitos, é o principal mérito de uma obra que se quer popular. Vale um chavão: a história da tensa relação entre pai e filho, os dois especiais, prende sem cansar. O autor evita ousadias experimentais, é cuidadoso nas freqüentes transposições cronológicas, na amarração das situações. Recusa tratar os temas com “profundidade”, escapa aos simbolismos enigmáticos. Talvez a natureza dos dois assuntos principais, a síndrome de Down e o impulso literário, inviabilizasse firulas experimentais. A fluência narrativa integra espontaneamente à ação as paradas reflexivas sobre a doença, sobre o destino do escritor, sobre a situação política do país. Tezza escreveu o romance para todos, sem hiperbolizar na retórica sentimentalista o trágico que costuma cercar assuntos delicados, como o idealismo artístico contrariado, a derrota para o “sistema”. As informações “cultas”, literárias principalmente, bem se ajustam ao relato que descreve a formação de um escritor. O leitor comum talvez não pressinta esse esforço de bastidor que regula o trabalho artesanal e se compraz nessa simplicidade visível, testemunhada também pelo bom trato lingüístico. De fato, a linguagem se faz escorreita, “tradicional”, refratária a malabarismos de toda ordem. Não incomoda sequer a presença assídua do discurso indireto livre, usado para confundir as vozes do narrador e do personagem pai, principalmente. Já nas primeiras frases do romance encontramos exemplo dessa opção pelo coloquial, pela clareza: “– Acho que é hoje – ela disse. – Agora – completou, com a voz

mais forte [...]” (p. 9). É certo que esse apego ao convencional, particularmente o do exemplo, desagradaria a um crítico rigoroso e rabugento, que identificaria aí um excesso de “discendi”.

O leitor rabugento, às vezes um metido a besta, haveria de querer fazer mais um e outro reparos. Por exemplo: quem conhece bem as décadas de 60 e de 70 talvez sinta que falta ao retrato geracional aquele grão de sal que temperou a vida de quase todo jovem de então, a música, em especial o rock. Uma Yoko Ono, que lembraria o marido beatle, aparece em certo momento apenas para explicar a aparência de uma personagem; noutro instante Mirian Makeba canta “Pata, pata” para uma comunidade de marinheiros. Também faltaria ao retrato dessa juventude musical um tantinho de sexo, ou ao menos daquela sexualidade mais ou menos liberta, quase irresponsável, sempre atizada. A leitora mãe de uma criança com a síndrome de Down, ou simplesmente mãe, talvez reclame uma presença maior e mais decisiva da mãe de Felipe, certa de que uma mulher na sua situação agiria mais, em prol do filho, do que o texto mostra. Talvez fosse mais aplicada do que o pai. Essa leitora diria que a criança eterna do pai é também o filho eterno da mãe, e assim, alheia às motivações autorais e pessoais da autobiografia romanceada, a leitora estaria a um passo de acusar o romance de machista, já irritada com o narrador, que não se afasta do personagem pai e escritor, embora finja situar-se fora da história. Essa pouca atenção à mulher contribui certamente para tornar embaçado um retrato de família e remete a um possível conflito doméstico não revelado, embora dedutível aqui e ali pela constante insatisfação do pai, uma atitude passível de ser confundida com infelicidade, ainda que essa palavra e seu corolário sentimental não apareçam no texto. Também estão ausentes, parece, as palavras *marido* e *esposa*, o que força a opacidade do referido retrato.

Pensemos agora, para fechar esse parêntese azedo, no leitor que se informou um pouco da vida e da obra do escritor, pelo seu site inclusive, e que o ouviu falar de *O filho eterno* numa palestra. Talvez se sinta na contingência de relacionar com certa facilidade criador e criatura. O sujeito civil, obrigado a prestar contas todo ano à Receita Federal, esteve pela Europa em certa ocasião, foi relojoeiro em Antonina, tem um filho com síndrome de Down chamado Felipe, mora em Curitiba, é professor de língua portuguesa na Universidade Federal do Paraná, e autor, entre outros títulos, do romance *Trapô*. A personagem, esse ser de papel, está exatamente na mesma situação, fez e faz exatamente

as mesmas coisas. Daí a pergunta: romance, como foi classificado, ou autobiografia? Tezza explicou que para fugir da autobiografia, para enfrentar um assunto particularmente ingrato, optou por um narrador de terceira pessoa, teoricamente situado fora da história. Estaria dois graus afastado da informação textual, primeiro porque tecnicamente livre dos dêiticos de primeira pessoa; e segundo porque o narrador, fora ou dentro da história, não se confunde, como ensinam certos manuais, com o autor. Logo, afastou-se o risco da identificação, ou ela só se configuraria parcialmente. Pode ser. E seria mesmo se as informações biográficas do autor fossem ignoradas. O leitor que as conhece percorre as páginas do livro conduzido mais pelo fator biográfico do que ficcional, vê mais o autor do que o personagem, ainda que se descubra nisso uma distorção de leitura. Esse leitor pode, afinal, ignorar totalmente o estatuto ficcional. Contribui para essa leitura a proximidade, para não dizer a cumplicidade, entre narrador e personagem, visível, por exemplo, na constância do discurso indireto livre.

O autor, entediado, talvez dissesse a esse leitor cheio de tiques teóricos um lacônico “E daí?”. Diria àquela leitora bronceada, para mostrar que ele não foi tão parcial, que deu importância, sim, à personagem mãe de Felipe. Não recebeu dizer, por exemplo, que durante certo tempo, enquanto ela trabalhava, o pai vagabundeava. Foi ela quem emprestou o nome para o financiamento da casa própria, foi ela quem o salvou de um grave acidente. Tudo isso está lá, no texto. Basta ver, se é preciso outro exemplo, este trecho da página 164:

[Felipe] tem pouca autonomia; quando vai ao banheiro frequentemente chama a mãe para ajudá-lo a se limpar; e ela, com paciência infinita, vai construindo o cuidado e o aprendizado que serão a autonomia do filho anos depois...

Dito isso, o autor se voltaria para um outro leitor: “Olhe aqui, hippiezinho mal-humorado, eu não tive a pretensão de fazer um retrato de geração, quis apenas contar a história da relação entre um pai e um filho, ambos com problemas. E tem mais: não falei mais da família do escritor, dos pais e irmãos dele, por uma questão de oportunidade, como ocorreu em relação à vida acadêmica desse escritor. E daí?”.

O romance é bom.

Received on April 03, 2008.

Accepted on June 27, 2008.